

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 001/2026 DO CONCURSO PÚBLICO
DO MUNICÍPIO DE TRINDADE (PE)



TRINDADE-PE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRINDADE - PERNAMBUCO

ORIENTADOR EDUCACIONAL

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Legislação Educacional
- ▶ Conhecimentos Profissionais
- ▶ Fundamentos da Educação e Práticas Socioeducativas



BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA



AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas.
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





TRINDADE-PE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRINDADE - PERNAMBUCO

ORIENTADOR EDUCACIONAL

EDITAL Nº 001/2026 DO CONCURSO
PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE TRINDADE (PE)

CÓD: OP-050ST-26
7901204402320

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Interpretação e Análise Textual (compreensão global, ideias principais e secundárias, inferências)	7
2. Coesão, coerência	8
3. Gêneros textuais	8
4. Variedades linguísticas	10
5. Redação Oficial (elaboração de correspondências, ofícios, circulares e protocolos)	11
6. Sintaxe	18
7. Concordância verbal e nominal	23
8. Regência	25
9. Crase	26
10. Pontuação	26

Legislação Educacional

1. Estatuto da igualdade racial (lei federal nº 12.288/2010): Igualdade e combate à discriminação	35
2. Lei brasileira de inclusão - Lbi (lei federal nº 13.146/2015): Inclusão e acessibilidade no Ambiente escolar	42
3. Lei federal nº 13.185/2015: Prevenção e combate ao bullying	60
4. Lei federal nº 13.431/2017 E lei federal nº 14.811/2024: Proteção de crianças e Adolescentes contra violência no ambiente escolar	61
5. Lei federal nº 10.639/2003 E lei federal nº 11.645/2008: Ensino de história e cultura Afro-brasileira e indígena	67
6. Lei federal nº 14.254/2021: Acompanhamento de educandos com dislexia, tdah e transtornos De aprendizagem	67

Conhecimentos Profissionais Orientador Educacional

1. Planejamento e organização das atividades de orientação educacional	91
2. Atendimento e orientação aos alunos no ambiente escolar	95
3. Acompanhamento do desenvolvimento escolar, social e comportamental dos alunos	98
4. Identificação de dificuldades de aprendizagem e encaminhamento das demandas	102
5. Atendimento individual e coletivo aos alunos.	106
6. Orientação aos alunos sobre hábitos de Estudo e organização da rotina escolar	110
7. Acompanhamento da frequência, participação	113
8. E rendimento escolar dos alunos	113
9. Identificação e acompanhamento de situações de indisciplina e conflitos escolares.	117
10. Mediação de conflitos entre alunos e demais integrantes da comunidade escolar	121
11. Orientação aos alunos sobre convivência, respeito e relacionamento interpessoal	125
12. Atendimento e orientação às famílias sobre o desenvolvimento e a vida escolar dos alunos	128
13. Encaminhamento de alunos para serviços especializados quando necessário	132
14. Acompanhamento de alunos em situação de vulnerabilidade ou com necessidades específicas	136
15. Registro de atendimentos, orientações, Encaminhamentos e acompanhamentos Realizados	140
16. Elaboração de relatórios e documentos relacionados às atividades de orientação educacional	144

ÍNDICE

17. Participação em reuniões com professores, Gestores, famílias e demais profissionais da escola.....	147
18. Apoio aos professores na identificação de dificuldades e necessidades dos alunos	151
19. Desenvolvimento de ações educativas Voltadas à prevenção de conflitos, violência e abandono escolar	155
20. Acompanhamento e apoio aos processos de inclusão e participação dos alunos nas Atividades escolares.....	159
21. Trabalho integrado com a equipe pedagógica para melhoria do processo de ensino e Aprendizagem	163

Fundamentos da Educação e Práticas Socioeducativas

1. Fundamentos do processo educativo e sua relação com o desenvolvimento humano.....	171
2. Desenvolvimento cognitivo, afetivo e social de crianças, adolescentes e jovens	175
3. Educação como instrumento de participação e transformação social.....	176
4. Relação entre educação, família, comunidade e território.....	177
5. Educação inclusiva e respeito às diferenças individuais e sociais	181
6. Diversidade cultural e convivência em Diferentes espaços educativos	188
7. Educação em direitos humanos e formação para a cidadania.....	191
8. Práticas educativas voltadas à autonomia e Ao protagonismo dos usuários.....	194
9. Comunicação e relacionamento interpessoal em atividades educativas.....	198
10. Estratégias de aprendizagem por meio de atividades lúdicas e participativas	202
11. Educação socioemocional e desenvolvimento de habilidades sociais.....	207
12. Tecnologias digitais como recursos para Atividades educativas e sociais.....	211
13. Prevenção de preconceito, discriminação Violência e outras formas de violação de direitos,.....	215
14. Ética e postura profissional no desenvolvimento de ações educativas e sociais	219
15. Trabalho coletivo e participação comunitária em ações educativas.....	223
16. Fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais.....	228
17. Estratégias educativas para promoção da convivência e da participação social.....	231
18. Educação e proteção integral de crianças e adolescentes	235
19. Articulação entre educação, cultura, esporte e lazer em ações socioeducativas	240
20. Papel das ações educativas na promoção da autonomia, cidadania e inclusão social	244

LÍNGUA PORTUGUESA

INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE TEXTUAL (COMPREENSÃO GLOBAL, IDEIAS PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS, INFERÊNCIAS)

► Definição Geral

Embora correlacionados, compreensão e interpretação são processos distintos. A compreensão refere-se ao entendimento das informações explícitas do texto, enquanto a interpretação envolve a elaboração de conclusões fundamentadas a partir dessas informações.

Exemplificando, quando uma avaliação exige a compreensão de uma questão, a resposta encontra-se explicitamente no texto. Já a interpretação ocorre quando o leitor, a partir das informações textuais, elabora conclusões logicamente fundamentadas.

► Compreensão de Textos

A compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. Compreender um texto é assimilar intelectualmente sua mensagem, identificando com precisão as informações explícitas nele contidas.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

► Interpretação de Textos

É o entendimento que resulta da associação entre as ideias do texto, permitindo ao leitor inferir sentidos implícitos, sem ultrapassar os limites estabelecidos pelo próprio texto. Resumidamente, interpretar é atribuir sentido ao texto por meio de inferências e da relação entre suas ideias, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos apresentados.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Interpretação de texto é a habilidade de inferir informações implícitas, estabelecer relações entre ideias e compreender sentidos não expressos literalmente, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos do texto.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > *Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial* > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.

(C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.

(D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.

(E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Em “A” – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em “B” – Certo: o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis.

Em “C” – Errado: o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em “D” – Errado: além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentes ou temporárias”.

Em “E” – Errado: a alternativa apenas retoma a ideia central do texto, sem apresentar qualquer informação incorreta, motivo pelo qual não atende ao comando da questão

Resposta: Letra B.

AMOSTRA

COESÃO, COERÊNCIA

A coerência e a coesão são essenciais na escrita e na interpretação de textos. Ambos se referem à relação adequada entre os componentes do texto, de modo que são independentes entre si. Isso quer dizer que um texto pode estar coeso, porém incoerente, e vice-versa.

Enquanto a coesão tem foco nas questões gramaticais, ou seja, ligação entre palavras, frases e parágrafos, a coerência diz respeito ao conteúdo, isto é, uma sequência lógica entre as ideias.

► **Coesão**

A coesão textual ocorre, normalmente, por meio do uso de **conectivos** (preposições, conjunções, advérbios). Ela pode ser obtida a partir da **anáfora** (retoma um componente) e da **catáfora** (antecipa um componente).

Confira, então, as principais regras que garantem a coesão textual:

REGRA	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS
REFERÊNCIA	– Pessoal (uso de pronomes pessoais ou possessivos) – anafórica – Demonstrativa (uso de pronomes demonstrativos e advérbios) – catáfora – Comparativa (uso de comparações por semelhanças)	João e Maria são crianças. <i>Eles</i> são irmãos. Fiz todas as tarefas, exceto <u>esta</u> : colonização africana. Mais um ano <u>igual</u> aos outros...
SUBSTITUIÇÃO	– Substituição de um termo por outro, para evitar repetição	Maria está triste. A <u>menina</u> está cansada de ficar em casa.
ELIPSE	– Omissão de um termo	No quarto, apenas quatro ou cinco convidados. (omissão do verbo “haver”)
CONJUNÇÃO	– Conexão entre duas orações, estabelecendo relação entre elas	Eu queria ir ao cinema, <u>mas</u> estamos de quarentena.
COESÃO LEXICAL	– Utilização de sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos ou palavras que possuem sentido aproximado e pertencente a um mesmo grupo lexical.	A minha <u>casa</u> é clara. Os <u>quartos</u> , a <u>sala</u> e a <u>cozinha</u> têm janelas grandes.

► **Coerência**

Nesse caso, é importante conferir se a mensagem e a conexão de ideias fazem sentido, e seguem uma linha clara de raciocínio. Existem alguns conceitos básicos que ajudam a garantir a coerência. Veja quais são os principais princípios para um texto coerente:

- **Princípio da não contradição:** não deve haver ideias contraditórias em diferentes partes do texto.
- **Princípio da não tautologia:** a ideia não deve estar redundante, ainda que seja expressa com palavras diferentes.
- **Princípio da relevância:** as ideias devem se relacionar entre si, não sendo fragmentadas nem sem propósito para a argumentação.
- **Princípio da continuidade temática:** é preciso que o assunto tenha um seguimento em relação ao assunto tratado.
- **Princípio da progressão semântica:** inserir informações novas, que sejam ordenadas de maneira adequada em relação à progressão de ideias.

Para atender a todos os princípios, alguns fatores são recomendáveis para garantir a coerência textual, como amplo **conhecimento de mundo**, isto é, a bagagem de informações que adquirimos ao longo da vida; **inferências** acerca do conhecimento de mundo do leitor; e **informatividade**, ou seja, conhecimentos ricos, interessantes e pouco previsíveis.

GÊNEROS TEXTUAIS

A classificação de textos em tipos e gêneros é essencial para compreendermos sua estrutura linguística, função social e finalidade. Antes de tudo, é crucial discernir a distinção entre essas duas categorias.



LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL (LEI FEDERAL Nº 12.288/2010): IGUALDADE E COMBATE À DISCRIMINAÇÃO

LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010.

Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Parágrafo único. Para efeito deste Estatuto, considera-se:

I - discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada;

II - desigualdade racial: toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica;

III - desigualdade de gênero e raça: assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais;

IV - população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga;

V - políticas públicas: as ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado no cumprimento de suas atribuições institucionais;

VI - ações afirmativas: os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.

Art. 2º É dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais.

Art. 3º Além das normas constitucionais relativas aos princípios fundamentais, aos direitos e garantias fundamentais e aos direitos sociais, econômicos e culturais, o Estatuto da Igualdade Racial adota como diretriz político-jurídica a inclusão das vítimas de desigualdade étnico-racial, a valorização da igualdade étnica e o fortalecimento da identidade nacional brasileira.

Art. 4º A participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural do País será promovida, prioritariamente, por meio de:

I - inclusão nas políticas públicas de desenvolvimento econômico e social;

II - adoção de medidas, programas e políticas de ação afirmativa;

III - modificação das estruturas institucionais do Estado para o adequado enfrentamento e a superação das desigualdades étnicas decorrentes do preconceito e da discriminação étnica;

IV - promoção de ajustes normativos para aperfeiçoar o combate à discriminação étnica e às desigualdades étnicas em todas as suas manifestações individuais, institucionais e estruturais;

V - eliminação dos obstáculos históricos, socioculturais e institucionais que impedem a representação da diversidade étnica nas esferas pública e privada;

VI - estímulo, apoio e fortalecimento de iniciativas oriundas da sociedade civil direcionadas à promoção da igualdade de oportunidades e ao combate às desigualdades étnicas, inclusive mediante a implementação de incentivos e critérios de condicionamento e prioridade no acesso aos recursos públicos;

VII - implementação de programas de ação afirmativa destinados ao enfrentamento das desigualdades étnicas no tocante à educação, cultura, esporte e lazer, saúde, segurança, trabalho, moradia, meios de comunicação de massa, financiamentos públicos, acesso à terra, à Justiça, e outros.

Parágrafo único. Os programas de ação afirmativa constituir-se-ão em políticas públicas destinadas a reparar as distorções e desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas, nas esferas pública e privada, durante o processo de formação social do País.

Art. 5º Para a consecução dos objetivos desta Lei, é instituído o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir), conforme estabelecido no Título III.



AMOSTRA

TÍTULO II DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I DO DIREITO À SAÚDE

Art. 6º O direito à saúde da população negra será garantido pelo poder público mediante políticas universais, sociais e econômicas destinadas à redução do risco de doenças e de outros agravos.

§ 1º O acesso universal e igualitário ao Sistema Único de Saúde (SUS) para promoção, proteção e recuperação da saúde da população negra será de responsabilidade dos órgãos e instituições públicas federais, estaduais, distritais e municipais, da administração direta e indireta.

§ 2º O poder público garantirá que o segmento da população negra vinculado aos seguros privados de saúde seja tratado sem discriminação.

Art. 7º O conjunto de ações de saúde voltadas à população negra constitui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, organizada de acordo com as diretrizes abaixo especificadas:

I - ampliação e fortalecimento da participação de lideranças dos movimentos sociais em defesa da saúde da população negra nas instâncias de participação e controle social do SUS;

II - produção de conhecimento científico e tecnológico em saúde da população negra;

III - desenvolvimento de processos de informação, comunicação e educação para contribuir com a redução das vulnerabilidades da população negra.

Art. 8º Constituem objetivos da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra:

I - a promoção da saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnicas e o combate à discriminação nas instituições e serviços do SUS;

II - a melhoria da qualidade dos sistemas de informação do SUS no que tange à coleta, ao processamento e à análise dos dados desagregados por cor, etnia e gênero;

III - o fomento à realização de estudos e pesquisas sobre racismo e saúde da população negra;

IV - a inclusão do conteúdo da saúde da população negra nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde;

V - a inclusão da temática saúde da população negra nos processos de formação política das lideranças de movimentos sociais para o exercício da participação e controle social no SUS.

Parágrafo único. Os moradores das comunidades de remanescentes de quilombos serão beneficiários de incentivos específicos para a garantia do direito à saúde, incluindo melhorias nas condições ambientais, no saneamento básico, na segurança alimentar e nutricional e na atenção integral à saúde.

CAPÍTULO II DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º A população negra tem direito a participar de atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer adequadas a seus interesses e condições, de modo a contribuir para o patrimônio cultural de sua comunidade e da sociedade brasileira.

Art. 10. Para o cumprimento do disposto no art. 9º, os governos federal, estaduais, distrital e municipais adotarão as seguintes providências:

I - promoção de ações para viabilizar e ampliar o acesso da população negra ao ensino gratuito e às atividades esportivas e de lazer;

II - apoio à iniciativa de entidades que mantenham espaço para promoção social e cultural da população negra;

III - desenvolvimento de campanhas educativas, inclusive nas escolas, para que a solidariedade aos membros da população negra faça parte da cultura de toda a sociedade;

IV - implementação de políticas públicas para o fortalecimento da juventude negra brasileira.

SEÇÃO II DA EDUCAÇÃO

Art. 11. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, é obrigatório o estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil, observado o disposto na Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 1º Os conteúdos referentes à história da população negra no Brasil serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, resgatando sua contribuição decisiva para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do País.

§ 2º O órgão competente do Poder Executivo fomentará a formação inicial e continuada de professores e a elaboração de material didático específico para o cumprimento do disposto no caput deste artigo.

§ 3º Nas datas comemorativas de caráter cívico, os órgãos responsáveis pela educação incentivarão a participação de intelectuais e representantes do movimento negro para debater com os estudantes suas vivências relativas ao tema em comemoração.

Art. 12. Os órgãos federais, distritais e estaduais de fomento à pesquisa e à pós-graduação poderão criar incentivos a pesquisas e a programas de estudo voltados para temas referentes às relações étnicas, aos quilombos e às questões pertinentes à população negra.

Art. 13. O Poder Executivo federal, por meio dos órgãos competentes, incentivará as instituições de ensino superior públicas e privadas, sem prejuízo da legislação em vigor, a:

I - resguardar os princípios da ética em pesquisa e apoiar grupos, núcleos e centros de pesquisa, nos diversos programas de pós-graduação que desenvolvam temáticas de interesse da população negra;

II - incorporar nas matrizes curriculares dos cursos de formação de professores temas que incluam valores concernentes à pluralidade étnica e cultural da sociedade brasileira;

CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

LEITURA INSTITUCIONAL E DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES

Ao tratar de leitura institucional e definição de prioridades, o núcleo do trabalho está em reconhecer que planejar a orientação educacional exige transformar sinais dispersos da rotina em prioridades justificadas, considerando necessidades dos estudantes, condições de trabalho da escola e objetivos pedagógicos. Como referência concreta, considere-se o seguinte quadro: a combinação de atrasos, conflitos no recreio e dificuldade de integração dos recém-chegados. A leitura do caso precisa esclarecer a necessidade e organizar a resposta, mantendo o trabalho de priorização institucional ligado aos efeitos percebidos pelo estudante. Por isso, planejamento não se confunde com preenchimento de agenda; nesse campo, confundir essas dimensões costuma produzir medidas pouco ajustadas à necessidade real. Ao mesmo tempo, a análise no trabalho de priorização institucional precisa admitir revisão: informações novas podem mudar prioridades, apoios ou formas de comunicação sem romper a continuidade. Na prática, o objetivo do trabalho de priorização institucional é chegar a uma decisão compreensível para os envolvidos, com efeitos que possam ser reconhecidos por mudanças concretas relacionadas aos objetivos do trabalho de priorização institucional.

A definição de prioridades também precisa considerar de onde vêm as informações usadas no diagnóstico institucional. Ocorrências registradas, observações da equipe, manifestações dos estudantes, contatos com famílias e dados de frequência podem mostrar aspectos diferentes da mesma rotina. Nenhuma dessas fontes deve funcionar isoladamente como critério absoluto. Um aumento de atrasos, por exemplo, pode exigir leitura de horários, transporte, organização da entrada e experiências específicas de determinados grupos. Ao combinar fontes, a orientação identifica convergências e lacunas, evita transformar impressão pontual em prioridade institucional e consegue justificar por que determinadas ações entram primeiro no plano de trabalho.

► Mapeamento das demandas presentes

O trabalho com mapeamento das demandas presentes pede que a situação seja convertida em perguntas verificáveis. No aprofundamento do trabalho de priorização institucional, interessa localizar quais dados realmente alteram a compreensão do caso. Por isso, diferenças entre horários, atividades ou formas de apoio só ganham valor quando ajudam a explicar a demanda observada no trabalho de priorização institucional.

No trabalho de priorização institucional, descrever significa registrar circunstâncias e efeitos sem transformar um episódio localizado em característica fixa do estudante.

Fontes de informação para o diagnóstico

No aprofundamento desse aspecto, a informação reunida no trabalho de priorização institucional precisa poder ser retomada no acompanhamento. No trabalho de priorização institucional, frequência, intensidade, duração e circunstâncias entram no registro apenas quando ajudam a explicar o padrão observado. Em fontes de informação para o diagnóstico, o relato do estudante informa como ele vive a situação, enquanto observações escolares e familiares ajudam a localizar em quais contextos a situação se intensifica ou diminui. Revisar o ponto de partida exige confrontar observações feitas em momentos diferentes; no trabalho de priorização institucional, contrastes temporais revelam elementos que a primeira leitura não captou.

► Critérios para hierarquizar necessidades

Depois de compreender a demanda, o trabalho de priorização institucional passa a definir o que será feito, por quem e com qual finalidade. No trabalho de priorização institucional, uma medida adequada precisa indicar qual mudança se espera observar, quais pessoas participam e que informação é realmente necessária. Por isso, a intensidade da resposta deve acompanhar a intensidade da necessidade percebida nesse aspecto do trabalho de priorização institucional; algumas situações admitem intervenção interna, enquanto outras exigem articulação ampliada. As medidas escolhidas nessa etapa do trabalho de priorização institucional devem permanecer dentro das responsabilidades escolares e favorecer a participação do estudante no contexto acompanhado pelo trabalho de priorização institucional.

Urgência, recorrência e alcance coletivo

O trabalho com urgência, recorrência e alcance coletivo só se completa quando existe retorno capaz de esclarecer critérios para hierarquizar necessidades. Os indicadores escolhidos precisam guardar relação direta com leitura institucional e definição de prioridades, podendo envolver participação, segurança, realização de tarefas, presença ou qualidade dos vínculos conforme o caso. Considere-se o quadro: a combinação de atrasos, conflitos no recreio e dificuldade de integração dos recém-chegados. Melhor parcial, persistência da barreira ou surgimento de nova necessidade levam a decisões diferentes e precisam ser lidos dentro do percurso de critérios para hierarquizar necessidades.



AMOSTRA

PLANO DE TRABALHO, CALENDÁRIO E DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES

Ao tratar de plano de trabalho, calendário e distribuição de ações, o núcleo do trabalho está em reconhecer que um plano de trabalho precisa vincular objetivos a ações observáveis, responsáveis, prazos e formas de acompanhamento, sem converter o planejamento em agenda rígida incapaz de responder a situações emergentes. Como referência concreta, considere-se o seguinte quadro: a reserva de horários semanais para atendimentos, reuniões pedagógicas e ações preventivas. A leitura do caso precisa esclarecer a necessidade e organizar a resposta, mantendo o trabalho de priorização institucional ligado aos efeitos percebidos pelo estudante. Por isso, planejamento não se confunde com preenchimento de agenda; nesse campo, confundir essas dimensões costuma produzir medidas pouco ajustadas à necessidade real. Ao mesmo tempo, a análise no trabalho de priorização institucional precisa admitir revisão: informações novas podem mudar prioridades, apoios ou formas de comunicação sem romper a continuidade. Na prática, o objetivo do trabalho de priorização institucional é chegar a uma decisão compreensível para os envolvidos, com efeitos que possam ser reconhecidos por mudanças concretas relacionadas aos objetivos do trabalho de priorização institucional.

► Objetivos operacionais e frentes de atuação

Ao trabalhar com objetivos operacionais e frentes de atuação, a primeira tarefa consiste em separar ocorrência, contexto e interpretação. O profissional compara situações diretamente relacionadas a objetivos operacionais e frentes de atuação, escuta os envolvidos e verifica o que muda quando o contexto também muda. Ao mesmo tempo, informações sem relação com resultados esperados e responsáveis devem permanecer fora do centro da decisão. Selecionar informações pertinentes a resultados esperados e responsáveis melhora a comunicação sobre objetivos operacionais e frentes de atuação, porque cada profissional recebe apenas o que precisa para cumprir sua função.

Resultados esperados e responsáveis

A atenção a resultados esperados e responsáveis torna-se especialmente relevante quando plano de trabalho, calendário e distribuição de ações recebe interpretações diferentes. Professores, familiares e estudantes podem perceber partes distintas de objetivos operacionais e frentes de atuação, e nenhuma fonte isolada precisa ser tratada como explicação total. O quadro concreto pode ser expresso assim: a reserva de horários semanais para atendimentos, reuniões pedagógicas e ações preventivas. A orientação utiliza apenas o que for necessário para compreender objetivos operacionais e frentes de atuação e mantém clara a diferença entre fato observado, relato recebido e interpretação profissional.

► Organização temporal das atividades

Em organização temporal das atividades, a qualidade da resposta depende da relação entre necessidade e medida adotada. O foco em rotinas fixas e demandas contingentes permite escolher providências proporcionais e definir condições para revê-las dentro de plano de trabalho, calendário e distribuição de ações. Em organização temporal das atividades, medidas de natureza diferente só devem ser combinadas quando cada uma responde a uma necessidade identificada em plano de trabalho, calendário e distribuição de ações; escolher o formato sem esse vínculo enfraquece a intervenção. O plano fica mais consistente quando também explicita como a equipe reconhecerá mudança relevante em rotinas fixas e demandas contingentes.

Rotinas fixas e demandas contingentes

No plano operacional, a atenção a rotinas fixas e demandas contingentes precisa deixar marcas verificáveis no cotidiano acompanhado no trabalho de priorização institucional. No retorno de rotinas fixas e demandas contingentes, a equipe observa sinais de melhora, persistência ou efeito adverso diretamente relacionados a organização temporal das atividades, incluindo afastamento ou retaliação quando forem pertinentes. O caso pode ser pensado assim: a reserva de horários semanais para atendimentos, reuniões pedagógicas e ações preventivas. Verificar rotinas fixas e demandas contingentes significa analisar se as condições de participação e aprendizagem realmente mudaram; quando isso não ocorre, a equipe revê a resposta em vez de repetir a mesma medida.

Para transformar plano de trabalho, calendário e distribuição de ações em critérios operacionais, a comparação abaixo organiza aspectos que exigem decisões diferentes conforme a situação.

Critério de priorização	Pergunta orientadora	Uso no planejamento
Urgência educativa	Há risco imediato ou prejuízo importante à permanência e à convivência?	Define resposta inicial e responsáveis próximos
Recorrência	O fato é isolado ou se repete em diferentes momentos?	Indica necessidade de acompanhamento continuado
Alcance	A demanda envolve um estudante, um grupo ou a escola?	Ajuda a escolher ação individual, coletiva ou institucional
Possibilidade de prevenção	Há fatores que podem ser trabalhados antes de nova ocorrência?	Favorece ações antecipatórias e educativas



AMOSTRA

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO E PRÁTICAS SOCIOEDUCATIVAS

FUNDAMENTOS DO PROCESSO EDUCATIVO E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO HUMANO

EDUCAÇÃO COMO PROCESSO SOCIAL, INTENCIONAL E FORMATIVO

► Aprendizagem nas relações sociais

A educação ocorre sempre em relação com outras pessoas, com práticas culturais e com modos historicamente construídos de compreender o mundo. Aprender não significa apenas receber informações: envolve atribuir sentido ao que se vive, reorganizar conhecimentos anteriores, experimentar formas de agir e reconhecer expectativas compartilhadas. Desde a infância, a pessoa aprende modos de comunicação, regras de convivência, maneiras de cuidar de si e do outro, formas de usar objetos, valores e referências culturais. Parte dessas aprendizagens acontece espontaneamente na vida cotidiana; outra parte decorre de ações planejadas, com objetivos definidos e acompanhamento.

Esse caráter relacional explica por que o processo educativo não pode ser reduzido ao espaço escolar. Família, grupos de convivência, serviços públicos, organizações comunitárias, atividades culturais, práticas esportivas e experiências de trabalho também produzem aprendizagens. A diferença está no grau de intencionalidade, de organização e de explicitação dos objetivos. Uma criança pode aprender a esperar sua vez numa brincadeira familiar, por exemplo, enquanto uma oficina de leitura pode planejar deliberadamente situações em que os participantes negociem turnos de fala e interpretem narrativas em conjunto.

Socialização, cultura e produção de sentidos

Socialização é o processo pelo qual a pessoa entra em contato com normas, linguagens, costumes e expectativas presentes nos grupos dos quais participa. Isso não ocorre de maneira mecânica. Cada sujeito interpreta as experiências a partir de sua trajetória, de seus vínculos e das condições concretas de vida. Por esse motivo, duas pessoas expostas à mesma atividade podem construir compreensões diferentes. A ação educativa qualificada reconhece essa diversidade de sentidos e cria oportunidades para que as diferenças apareçam sem serem tratadas automaticamente como erro ou desinteresse.

A cultura participa diretamente desse processo porque oferece símbolos, narrativas, modos de expressão e referências para interpretar situações. O educador trabalha com repertórios que já existem e, ao mesmo tempo, amplia possibilidades de contato com outros conhecimentos. Isso exige cuidado para não desvalorizar práticas familiares ou comunitárias, nem transformar um repertório específico em padrão único. A educação ganha força quando estabelece relações entre a experiência conhecida e novos conceitos, linguagens e formas de participação.

Experiências formais, não formais e informais

É útil distinguir três contextos de educação sem tratá-los como compartimentos rígidos. A educação formal se organiza em instituições reconhecidas, com percursos estruturados, objetivos curriculares e formas definidas de acompanhamento. A educação não formal ocorre em ações planejadas fora dessa organização escolar típica, como oficinas, projetos culturais, atividades socioeducativas e ações comunitárias. A educação informal resulta das interações cotidianas, sem planejamento pedagógico explícito, como conversas familiares, convivência entre gerações e participação em grupos sociais.

A tabela compara esses contextos por critérios que ajudam a compreender suas diferenças sem estabelecer hierarquia entre eles.

Contexto educativo	Intencionalidade	Organização	Agentes frequentes	Exemplo
Formal	Explícita e institucional	Percurso estruturado	Profissionais da educação e instituição	Atividade curricular em escola
Não formal	Explícita e planejada	Flexível, vinculada a projetos ou serviços	Educadores, agentes culturais e equipes sociais	Oficina em centro comunitário
Informal	Não necessariamente explícita	Surge no cotidiano	Familiares, pares e redes de convivência	Aprender regras durante uma brincadeira



AMOSTRA

A distinção mostra que a aprendizagem pode surgir em ambientes muito diferentes, mas a presença de intenção educativa modifica a responsabilidade de quem organiza a experiência. Quanto mais planejada a ação, maior a necessidade de definir objetivos coerentes, selecionar recursos adequados, observar participação e ajustar intervenções.

► Intencionalidade e organização da ação educativa

A intencionalidade transforma uma atividade comum em ação educativa planejada quando existe uma finalidade formativa clara. Isso não significa controlar cada resposta possível. Significa saber por que determinada experiência foi proposta, quais capacidades se pretende mobilizar e que condições precisam estar disponíveis para que as pessoas participem. Objetivo, conteúdo, método, tempo, espaço e acompanhamento precisam manter coerência entre si.

Objetivos, conteúdos, métodos e acompanhamento

Um objetivo educativo bem formulado descreve uma mudança possível de compreensão, participação ou ação. O conteúdo corresponde aos conhecimentos, procedimentos, valores ou modos de relação mobilizados. O método organiza como os participantes entrarão em contato com esse conteúdo. O acompanhamento observa processos: perguntas feitas, formas de cooperação, dificuldades recorrentes, iniciativa e capacidade de aplicar o aprendido em situações diferentes. Quando esses elementos se articulam, a atividade deixa de ser apenas ocupação do tempo.

Papel ativo de quem aprende

A pessoa aprende de modo mais consistente quando pode perguntar, testar, comparar, produzir, explicar e tomar decisões compatíveis com sua etapa de desenvolvimento e com o contexto. O educador cria condições e oferece apoios, mas não substitui a atividade intelectual, emocional ou prática do participante. O sujeito que aprende não é recipiente de conteúdos; é alguém que interpreta, seleciona, confronta experiências e constrói respostas. Essa participação ativa conecta educação e desenvolvimento humano porque amplia repertórios para agir em contextos novos.

DESENVOLVIMENTO HUMANO EM MÚLTIPLAS DIMENSÕES

► Mudanças cognitivas, afetivas e sociais

Desenvolvimento humano refere-se às transformações que ocorrem ao longo da vida nas formas de pensar, sentir, comunicar-se, relacionar-se, movimentar-se e participar de diferentes contextos. Essas mudanças resultam de uma combinação dinâmica entre condições biológicas, experiências, relações sociais, oportunidades culturais e características do ambiente. Não há uma linha única e idêntica para todas as pessoas. Ritmos e trajetórias variam, embora existam necessidades amplas de cuidado, vínculo, participação e acesso a experiências significativas.

Teorias do desenvolvimento ajudam a compreender aspectos desse processo. Jean Piaget destacou a atividade do sujeito na construção do conhecimento e a reorganização progressiva de formas de pensar. Lev Vygotsky enfatizou o papel das relações

sociais, da linguagem e da mediação cultural na aprendizagem e no desenvolvimento. Essas contribuições não precisam ser tratadas como explicações totais e incompatíveis; elas iluminam dimensões diferentes de um fenômeno complexo.

Construção de conhecimentos e linguagem

A dimensão cognitiva envolve atenção, memória funcional, percepção, formação de conceitos, resolução de problemas, planejamento e uso da linguagem para organizar o pensamento. Em uma atividade educativa, esses processos aparecem quando alguém compara objetos, antecipa consequências, explica um raciocínio, cria categorias ou modifica uma hipótese depois de observar um resultado. A linguagem, por sua vez, não serve apenas para transmitir uma resposta pronta. Ela permite nomear experiências, formular perguntas, narrar acontecimentos e negociar significados com outras pessoas.

Uma horta educativa evidencia essa articulação. Medir o crescimento de plantas mobiliza observação e comparação; registrar mudanças exige linguagem e organização temporal; decidir quando regar cria relação entre hipótese e consequência. O desenvolvimento cognitivo não está separado da situação concreta: ele se fortalece quando a pessoa participa de problemas compreensíveis e pode revisar suas interpretações.

Emoções, vínculos e identidade

A dimensão afetiva envolve reconhecimento e expressão de emoções, construção de vínculos, segurança para explorar o ambiente e formação de uma imagem de si. Emoções influenciam atenção, persistência e relação com desafios. Um ambiente que humilha o erro pode reduzir a iniciativa; um ambiente que acolhe tentativas e oferece orientação favorece participação mais segura. O vínculo educativo não elimina frustrações, mas cria condições para que elas sejam enfrentadas sem desqualificação da pessoa.

A identidade também se desenvolve nas relações. A forma como alguém é reconhecido pelos outros pode ampliar ou limitar sua percepção de possibilidades. Por isso, práticas educativas devem evitar rótulos fixos como “incapaz”, “difícil” ou “sem interesse”. Comportamentos precisam ser descritos no contexto em que ocorrem, permitindo compreender necessidades, condições e alternativas.

► Corpo, ação e participação no desenvolvimento

O desenvolvimento motor não é apenas aquisição de movimentos isolados. Envolve coordenação, equilíbrio, orientação espacial, manipulação de objetos, percepção corporal e capacidade de ajustar ações às demandas do ambiente. Em crianças, esses elementos aparecem intensamente nas brincadeiras e explorações. Em adolescentes, adultos e pessoas idosas, continuam relevantes em tarefas de autonomia, expressão corporal, esporte, trabalho e lazer.

Motoridade e exploração do ambiente

Mover-se permite conhecer propriedades do espaço e dos objetos. Alcançar, empilhar, recortar, percorrer um trajeto ou acompanhar um ritmo combina percepção, decisão e ação. Restrições motoras ou barreiras arquitetônicas não devem ser





GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

